



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:
(DO SR. PEDRO CELSO)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Dispõe sobre a obrigatoriedade da adaptação de veículos de transporte público coletivo terrestre e aéreo para a condução de deficientes físicos especiais.

PL N 3.988/00
NOVO DESPACHO: 22/08/01

(ÀS COMISSÕES DE VIAÇÃO E TRANSPORTES;
DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; E DE
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART.
54) - ART. 24, II)

SOCIAL E FAMÍLIA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

À COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA, EM

REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
CSSE	23/03/01
CVT	26/04/01
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
CSSE	18/04/01	24/04/01
CVT	26/11/01	04/12/01
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Raimundo Gomes de Mates	Presidente:	Jam
Comissão de:	Seguridade Social e Família	Em:	11/04/01
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Nelson Pellegrino	Presidente:	JR Silva
Comissão de:	VIAÇÃO E TRANSPORTES	Em:	22/11/01
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Dilandro Fantazzini (RENIST)	Presidente:	Wladimir
Comissão de:	VIAÇÃO E TRANSPORTES	Em:	03/03/02
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Jose Chaves (VISTA)	Presidente:	Wladimir
Comissão de:	VIAÇÃO E TRANSPORTES	Em:	24/04/02
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /

PROJETO DE LEI Nº 3.988 DE 2000



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

01

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL E PRECISAMENTO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
CD	CESSF	PL	3988	2000	03	10	2001	Wagner
DESCRIÇÃO DA AÇÃO								
- Encaminhado à CCF								

SISTEMA DE GESTÃO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL E PRECISAMENTO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
CD	CVT	PL	3988	2000	18	04	2002	
DESCRIÇÃO DA AÇÃO								
Parcerias previstas do relator, Deputado Orlando Pontazzini.								

SISTEMA DE GESTÃO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL E PRECISAMENTO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
CD								
DESCRIÇÃO DA AÇÃO								

SISTEMA DE GESTÃO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL E PRECISAMENTO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
CD								
DESCRIÇÃO DA AÇÃO								

SISTEMA DE GESTÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.988, DE 2000
(DO SR. PEDRO CELSO)



Dispõe sobre a obrigatoriedade da adaptação de veículos de transporte público coletivo terrestre e aéreo para a condução de deficientes físicos especiais.

DE SOCIAL E FAMÍLIA; E DE CONSTITUIÇÃO E
- ART. 24, II)

PL N 3.988/00
NOVO DESPACHO: 22/08/01

(ÀS COMISSÕES DE VIAÇÃO E TRANSPORTES;
DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; E DE
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART.
54) - ART. 24, II)



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É obrigatória, nos veículos de transporte público coletivo terrestre e aéreo, a adaptação de poltronas para a condução de pessoas portadoras de tetraplegia mista sem controle cervical.

Parágrafo único. Os veículos de que trata o *caput* deste artigo disporão de, no mínimo, uma poltrona equipada com:

- I - cinto de segurança torácico;
- II – cinto de segurança subabdominal;
- III – anteparo de tronco removível ou não;
- IV – suporte de cabeça removível ou não.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor em cento e oitenta dias a partir da data de sua publicação.

CA



JUSTIFICAÇÃO

No Brasil, o apoio à pessoa portadora de deficiência física ainda é incipiente, embora registrem-se avanços em algumas vertentes. Mudanças na legislação foram introduzidas pela Constituição Federal de 1988, averiguando-se, outrossim, a divulgação da problemática do portador de deficiência em campanhas publicitárias na mídia nacional, contribuindo, desse modo, para a conscientização da sociedade sobre as necessidades dos deficientes.

Tratamento diferenciado impõe-se seja propiciado aos portadores de deficiência frente às limitações dos mesmos, baseado nos paradigmas de lhes assegurar acessibilidade e mobilidade na vida em sociedade.

No entanto, considerando o leque das deficiências, registram-se algumas de feição mais severa, a exigir pronto atendimento específico. Pessoas portadoras de tetraplegia mista sem controle cervical, de síndromes hereditárias degenerativas, de miopatias congênitas ou que tenham sofrido paralisia cerebral, como também lesão medular cervical, exigem transporte em condições especiais.

A falta de tônus muscular e de controle das necessidades fisiológicas demanda agilidade nos deslocamentos, razão pela qual o transporte aéreo é escolhido para distâncias mais significativas na condução de pacientes subsidiada pelo Sistema Único de Saúde, por meio dos recursos do tratamento fora do local de domicílio – TFD.

Atualmente, transportar pessoas portadoras de deficiência motora, mesmo as mais simples, é sempre um desafio, devido à falta de condições dos veículos em geral, quanto ao acesso, adequação, conforto e segurança. Exceção feita ao transporte aéreo, que dispõe da Norma de Serviço IAC 2508-0796, a qual trata do "*Acesso ao transporte aéreo de passageiros que necessitam de assistência especial*". Entretanto, por esta norma, a pessoa portadora de problemas físicos graves enquadra-se no transporte de maca, mais oneroso ao orçamento familiar e menos confortável para o deficiente.

A presente proposta, de execução plausível e baixo custo, enquadra-se no rol das medidas de cunho social elevado, pelo caráter



CÂMARA DOS DEPUTADOS



humanitário, ao contribuir para o transporte correto, por seguro, das pessoas portadoras de deficiência especial.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nossos Pares para a provação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 2000.


Deputado PEDRO CELSO

00366600.150

Lote: 81 Caixa: 169

PL N° 3988/2000

5

PLENARIO - RECEBIDO	
Em 15/12/00	As 11:13 ^{hs}
Assinado	Pedro
Valor	3250



**MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE AVIAÇÃO CIVIL**

IAC 2508-0796, DE 7 DE ABRIL 1996

**ACESSO AO TRANSPORTE AÉREO DE
PASSAGEIROS QUE NECESSITAM DE
ASSISTÊNCIA ESPECIAL**

**INTRODUÇÃO
IMA 58-60**

I. A finalidade desta NORMA DE SERVIÇO é estabelecer diretrizes, procedimentos e normas para assegurar o acesso pleno de passageiros que necessitam de assistência especial aos serviços de transporte aéreo.

II. É expedida de acordo com o Decreto Nº 65.144, de 12 Set 69, que institui o Sistema de Aviação Civil, Decreto Nº 914, de 06 de setembro de 1993, que instituiu a Polícia Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e Anexo 9 à Convenção de Aviação Civil Internacional, que trata da Facilitação do Transporte Aéreo.

III. As disposições estabelecidas neste documento serão aplicáveis aos elos do Sistema de Aviação Civil, no que for compatível, cabendo aos Inspetores de Aviação Civil (INSPAC), aos SERAC, às SAC e às Superintendências Aeroportuárias fiscalizar o seu cumprimento.

IV. Esta NOSER é composta de 08 folhas e revoga a IAC 2503 - 1187, de 29 Nov 87, que deverá ser considerada sem efeito a partir de 01 jul 96.

Tem. Brig.-do-Ar- JOÃO FELIPPE SAMPAIO DE LACERDA
JUNIOR

Diretor Geral

Maj.-Brig.-do-Ar- MAYRON DOS SANTOS PEREIRA

Chefe do Subdepartamento de Operações



CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS PROJETO DE LEI Nº 3.988/00

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Sr^a. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de Emendas, a partir de 18 de abril de 2001, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 25 de Abril de 2001.


Gardene M. Ferreira de Aguiar
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Of. P-088/01

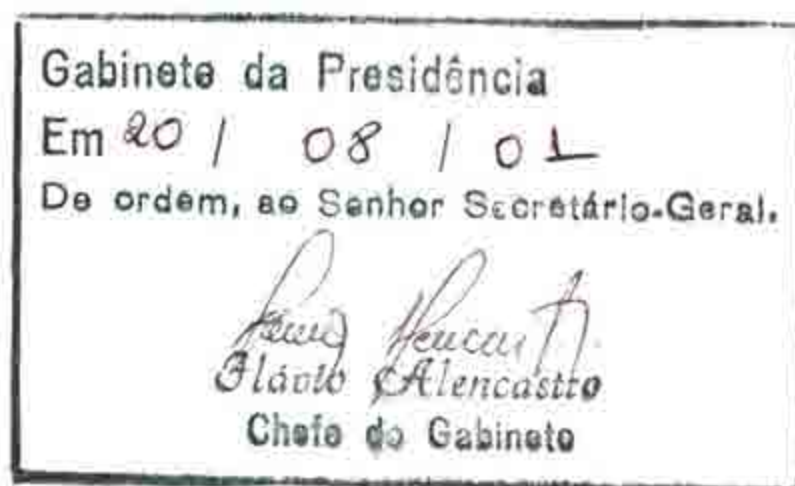
Brasília, 8 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

O Projeto de Lei nº 3.988/00 – do Sr. Pedro Celso – que “dispõe sobre a obrigatoriedade da adaptação de veículos de transportes público coletivo terrestre e aéreo para a condução de deficientes físicos especiais” trata da regulamentação dos serviços de transporte público coletivo aéreo e terrestre.

Não obstante o assunto versado na referida proposição estar afeto à área de atuação deste órgão técnico, foi ela distribuída apenas à Comissão de Seguridade Social e Família, fato que nos causou estranheza por entendermos que o assunto é de competência também deste órgão técnico.

Desta forma, solicito a Vossa Excelência a inclusão da Comissão de Viação e Transportes no despacho inicial apostado ao referido projeto.



Cordialmente,


Deputado PHILEMON RODRIGUES
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado AÉCIO NEVES
Presidente da Câmara dos Deputados

C&C. DEPUTADO

17/00 013 2-27

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Lote: 81 Caixa: 169

PL N° 3988/2000

8

SECRETARIA-GERAL DA MESA	
Recebido	
Orgão: Presidência	Fl. n° 2712/01
Data: 20/08/01	Hora: 10:40
Ass: Angela	Ponto: 3491



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Ref. Of. P-088/01 – CVT (PL nº 3.988/00)

Defiro. Revejo, nos termos do art. 141 do RICD, o despacho apostado ao PL nº 3.988/00, para determinar a inclusão da Comissão de Viação e Transportes, que deverá manifestar-se antes da Comissão de Seguridade Social e Família. Oficie-se e, após, publique-se.

Em: 22/08/01


AÉCIO NEVES
Presidente



Documento : 3573 - 1



SGM/P nº 966/01

Brasília, 22 de agosto de 2001.

Senhor Presidente,

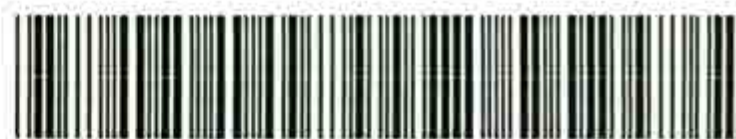
Reportando-me ao Ofício P-088/01, datado de 8 de agosto do corrente ano, contendo solicitação de redistribuição do Projeto de Lei nº 3.988/00, que *dispõe sobre a obrigatoriedade da adaptação de veículos de transportes público coletivo terrestre e aéreo para a condução de deficientes físicos especiais*, para a inclusão dessa Comissão, informo a Vossa Excelência que, sobre o assunto, exarei o seguinte despacho:

"Defiro. Revejo, nos termos do art. 141 do RICD, o despacho aposto ao PL nº 3.988/00 para determinar a inclusão da Comissão de Viação e Transportes, que deverá manifestar-se antes da Comissão de Seguridade Social e Família. Oficie-se e, após, publique-se."

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.


AÉCIO NEVES
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **PHILEMON RODRIGUES**
Presidente da Comissão de Viação e Transportes
N E S T A



CÂMARA DOS DEPUTADOS
E R R A T A



(Republica-se em virtude de novo despacho do Sr. Presidente)

ONDE SE LÊ:

PROJETO DE LEI Nº 3.988, DE 2000
(DO SR. PEDRO CELSO)

Dispõe sobre a obrigatoriedade da adaptação de veículos de transporte público coletivo terrestre e aéreo para a condução de deficientes físicos especiais.

(ÀS COMISSÕES DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

LEIA-SE:

PROJETO DE LEI Nº 3.988, DE 2000
(DO SR. PEDRO CELSO)

Dispõe sobre a obrigatoriedade da adaptação de veículos de transporte público coletivo terrestre e aéreo para a condução de deficientes físicos especiais.

(ÀS COMISSÕES DE VIAÇÃO E TRANSPORTES; DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24,II)



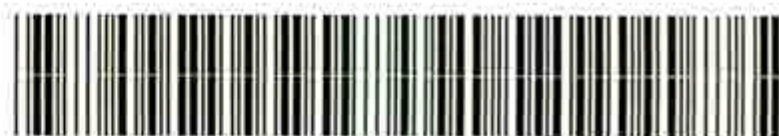
CÂMARA DOS DEPUTADOS

OF. P-51/02 – COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Publique-se.

Em: 11/06/02


AÉCIO NEVES
Presidente



Documento : 10148 - 1



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 5 JUN 15 06 ≈ 015169

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÕES
PROTÓTIPO DE BAL

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Of. P-51/02

Brasília, 5 de junho de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 164, *caput*, c/c o art. 163, I, *in fine*, do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência que resolvi declarar **prejudicado** o **Projeto de Lei nº 3.988/00** - do Sr. Pedro Celso - que "dispõe sobre a obrigatoriedade da adaptação de veículos de transporte público coletivo terrestre e aéreo para a condução de deficientes físicos especiais", tendo em vista a **edição** das Leis nºs. 10.048 e 10.098, ambas de 2000.

Cordialmente,

Deputado DUILIO PISANESCHI
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado AÉCIO NEVES
Presidente da Câmara dos Deputados



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

TERMO DE PREJUDICIALIDADE

Nos termos do art. 164, *caput*, c/c o art. 163, I, *in fine*, do Regimento Interno, declaro **prejudicado** o **Projeto de Lei nº 3.988/00** - do Sr. Pedro Celso - que "dispõe sobre a obrigatoriedade da adaptação de veículos de transporte público coletivo terrestre e aéreo para a condução de deficientes físicos especiais", tendo em vista a **edição das Leis nºs. 10.048 e 10.098, ambas de 2000**.

Sala da Comissão, em 5 de junho de 2002


Deputado **DUILIO PISANESCHI**
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Of. P-51/02

Brasília, 5 de junho de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 164, *caput*, c/c o art. 163, I, *in fine*, do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência que resolvi declarar **prejudicado** o **Projeto de Lei nº 3.988/00** - do Sr. Pedro Celso - que "dispõe sobre a obrigatoriedade da adaptação de veículos de transporte público coletivo terrestre e aéreo para a condução de deficientes físicos especiais", tendo em vista a **edição das Leis nºs. 10.048 e 10.098, ambas de 2000**.

Cordialmente,

Deputado **DUILIO PISANESCHI**
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado AÉCIO NEVES
Presidente da Câmara dos Deputados



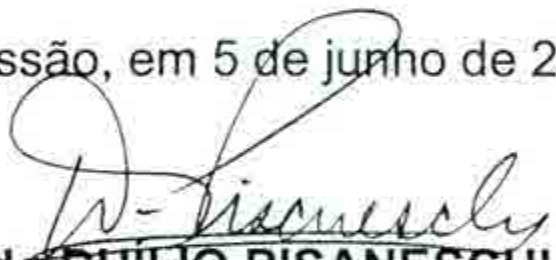
CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

TERMO DE PREJUDICIALIDADE

Nos termos do art. 164, *caput*, c/c o art. 163, I, *in fine*, do Regimento Interno, declaro **prejudicado** o **Projeto de Lei nº 3.988/00** - do Sr. Pedro Celso - que "dispõe sobre a obrigatoriedade da adaptação de veículos de transporte público coletivo terrestre e aéreo para a condução de deficientes físicos especiais", tendo em vista a **edição das Leis nºs. 10.048 e 10.098, ambas de 2000**.

Sala da Comissão, em 5 de junho de 2002


Deputado **DUILIO PISANESCHI**
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

NÃO APRECIADO

1

PROJETO DE LEI Nº 3.988, DE 2000

Dispõe sobre a obrigatoriedade da adaptação de veículos de transporte público coletivo terrestre e aéreo para a condução de deficientes físicos especiais.

Autor: Deputado Pedro Celso

Relator: Deputado Nelson Pellegrino

I - RELATÓRIO

Para exame desta Comissão de Viação e Transportes, encontra-se o PL nº 3.988/00, de iniciativa do Deputado Pedro Celso, que obriga a adaptação de todos os veículos de transporte terrestre e aéreo para a condução de pessoas portadoras de tetraplegia mista sem controle cervical.

A adaptação pretendida deve prever, no mínimo, a oferta de uma poltrona equipada com cinto de segurança torácico, cinto de segurança subabdominal, anteparo de tronco removível ou não e suporte de cabeça removível ou não.

O projeto estabelece o prazo de cento e oitenta dias para a entrada em vigor da lei, a partir da data de sua publicação.

Na justificção, o autor salienta a necessidade de apoio para as pessoas portadoras dessa deficiência especial, que não detêm nenhum controle motor sobre a musculatura do corpo, impondo-se-lhes, atualmente, o transporte em macas, caro e desconfortável.



B499C71B21



CÂMARA DOS DEPUTADOS

No prazo regimental, não foram entregues emendas ao projeto.

É o relatório.

NÃO APRECIADO

II - VOTO DO RELATOR

As pessoas portadoras de deficiência física ou com redução de mobilidade encontram os mais diversos tipos de limitações para a inserção no tecido social brasileiro.

De pronto, sublinham-se as barreiras arquitetônicas e de transporte, pela facilidade com que são constatadas.

Desde a época da elaboração da Constituição de 1988, as causas das categorias em foco vêm sendo discutidas com o objetivo de assegurar-lhes, por meio de leis, da criação de organismos estatais próprios e da conscientização da população, as condições necessárias à superação das diferenças.

A história da luta dos deficientes mostra a resposta da sociedade ao apoio demandado, cujas ações baseiam-se no cumprimento de leis sancionadas. Assim, o legislativo federal teve e tem um papel primordial na conquista gradual dos direitos dessas pessoas, destacando-se como introdutor de uma nova postura em relação às mesmas.

Portanto, não vemos como ficar indiferentes às peculiaridades das pessoas portadoras de deficiência especial enquadradas no projeto de lei em análise, que tenciona criar um apoio efetivo aos deslocamentos realizados por essas pessoas nos meios de transporte terrestre e aéreo. Trata-se da introdução obrigatória de dispositivos específicos para garantir uma viagem adequada em, pelo menos, um assento de cada veículo.

A proposta beneficia as pessoas cuja deficiência resulte de supressão do controle motor a partir da coluna cervical e, portanto, não disponham de tônus muscular em nenhuma parte do corpo, a partir da cabeça. Atualmente, resta às mesmas o transporte no colo de adultos, o que gera



B499C71B21

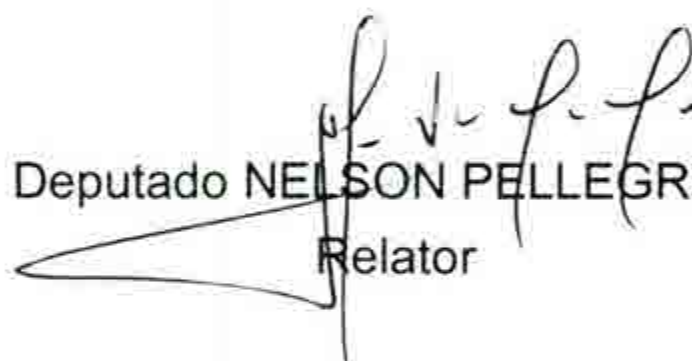


CÂMARA DOS DEPUTADOS

incômodos e riscos a si e ao conjunto dos passageiros, em situações adversas, mormente no tráfego aéreo, afeito às surpresas de episódios de turbulência em sol claro causada por ventos e que não é registrada nos radares. Embora existentes, as normas para a condução dessas pessoas no transporte aéreo, que exige a condução em macas, em geral, não são cumpridas, pelos custos e dificuldades envolvidos.

Assim, considerando a relação custo-benefício e a importância dos equipamentos propostos para garantir a condução segura e adequada das pessoas portadoras de tetraplegia mista sem controle cervical, somos pela APROVAÇÃO do PL nº 3.988/00.

Sala da Comissão, em 28 de fevereiro de 2002.


Deputado NELSON PELLEGRINO
Relator

200003.150

IMP. PELLEGRINO



B499C71B21